24/05/2012 - Capacitar para incluir: nova etapa da inclusão na construção pesada

O SINICESP realizou, em 21 de maio, o seminário “Capacitação para Inclusão – O Desafio da Indústria da Construção Pesada”, que contou com a participação do Senai, de Superintendências do Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho, da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego e de empresas do setor que subscreveram o Acordo Tripartite para Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Na abertura, o presidente do SINICESP, Silvio Ciampaglia, destacou a contribuição que o seminário representa para o setor avançar no processo de inclusão. “Nosso desafio é buscar meios para implementar uma política positiva de inclusão. Desde 2009, temos realizado reuniões mensais com um grupo de trabalho formado por empresas do setor com este objetivo e uma série de encontros temáticos, da qual este seminário é uma nova etapa. No plano em que ora nos situamos, na circunstância histórica em que vivemos, temos o dever de promover a igualdade entre os seres humanos, respeitando e ampliando direitos e, acima de tudo, buscando a promoção daqueles que precisam se inserir no mercado de trabalho e desempenhar suas funções para que se efetive o desenvolvimento e o bem-estar desejado por todos”, disse.

José Roberto Melo, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, afirmou que o desafio de qualificar a mão de obra também se estende aos profissionais que não possuem nenhum tipo de deficiência. “Por isso, as empresas devem entender que esta etapa da inclusão deve ser vista como parte de suas ações para melhorar o desempenho de seus serviços como um todo.”

José Carlos do Carmo, o Kal, afirmou que o grande desafio do setor é colocar os profissionais com deficiência nos canteiros de obra. “E a construção pesada vem fazendo isso, dando o exemplo a outros setores econômicos de que eventuais dificuldades de adaptação dos locais de trabalho não devem ser entendidas como empecilhos para a inclusão.”

A coordenadora nacional do projeto de inclusão de pessoas com deficiência do Ministério do Trabalho, Fernanda Pessoa di Cavalcanti, por sua vez, lembrou que a presidência da República entende que o êxito da inclusão profissional é essencial para a promoção da cidadania desse grupo de brasileiros. “O Plano Viver sem Limites, do governo federal, prevê gastar R$ 7,6 bilhões até 2014 em ações voltadas para a inclusão. Hoje, o País como um todo realiza um esforço nesse sentido.”

Experiências de capacitação e inclusão

Ricardo Terra e Sandra Chang, do Senai-SP, Helvécio Siqueira de Oliveira, do Senai-Itu, e Lucimara Araújo de Assis, do Senai-MG, relataram ações do Serviço Nacional da Indústria voltadas para a qualificação da mão de obra com deficiência. “Em 2011, o Senai de São Paulo registrou cerca de 6 mil matrículas de alunos com deficiência. Mas é essencial que as empresas compreendam que a qualificação profissional deve estar ligada a oportunidades concretas de emprego. A uma oportunidade imediata de trabalho. Se, por exemplo, um soldador recebe a qualificação e fica seis meses sem praticar, ele perde boa parte da habilidade que adquiriu”, disse Terra.

Representantes de empresas do setor que aderiram ao Acordo Tripartite, como a Odebrecht, a Mendes Júnior e a Camargo Corrêa, apresentaram seus programas de inclusão e destacaram

que o fato de terem empregado profissionais com deficiência se tranformou em um benefício duradouro. Isso porque aqueles que deixaram as empresas após a desmobilização das obras conseguiram novos empregos graças à qualificação e ao desenvolvimento profissional que obtiveram atuando na construção pesada.

Sinicesp - Comunicação